



Diário Eletrônico
Ministério Público do Rio Grande do Sul
Procuradoria-Geral de Justiça
assessorialegislativa@mprs.mp.br

Porto Alegre, 14 de abril de 2020.

Edição n. 2824

Nesta Edição:

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS	
Boletins de Pessoal.....	2
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS	
Boletins.....	5
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DE GESTÃO ESTRATÉGICA	
Concursos Públicos.....	15



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 14 de abril de 2020.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2824

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

BOLETIM N. 102/2020

O Excelentíssimo Senhor Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, **BENHUR BIANCON JR.**, no uso de suas atribuições legais, resolve conceder as vantagens a seguir:

NOME	ID	LICENÇA PRÊMIO
Ieda Husek Wolff	3425738/1	13/03/2015 a 10/03/2020
Velocy Melo Pivatto	3424413/1	01/04/2015 a 29/03/2020

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 14 de abril de 2020.

BENHUR BIANCON JR.,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

NOTA: Vantagens previstas para o mês de abril para os membros do Ministério Público, conforme aviso emitido pelo Sistema de Recursos Humanos do Estado (RHE).

BOLETIM N. 103/2020

O Excelentíssimo Senhor Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, **BENHUR BIANCON JR.**, no uso de suas atribuições legais, resolve conceder as vantagens a seguir:

NOME	ID	ADICIONAL	DATA BASE
Alberto Farias Maciel	3445976/1	01 15 %	02/03/2020
Juliana Braga Minuzzi	3446042/1	01 15 %	27/03/2020
Luciana Saldanha de Vargas	3446034/1	01 15 %	23/03/2020
Marcia de Oliveira Santos Thetinski	3396088/2	01 15 %	12/03/2020
Marcos Manoel Veiga dos Santos	3440877/1	02 25 %	20/03/2020
Rodrigo Fürst	3446395/1	01 15 %	23/03/2020
Rogério Pereira Jacks	3446417/1	01 15 %	18/03/2020
Shaiana da Silva Krumenauer Schmidt	3446050/1	01 15 %	24/03/2020
Tais Maciel Coral	3446085/1	01 15 %	30/03/2020

NOME	ID	AVANÇO	DATA BASE
Adriane Cardoso Mendes	3427412/1	10 48 %	14/03/2020
Alberto Farias Maciel	3445976/1	05 15 %	02/03/2020
Alexandre Mendonça de Lima	3439240/1	06 18 %	08/03/2020
Amanda Campani Lourenzi	3431932/1	06 18 %	28/03/2020
Andrei Ray Lopes Pereira	3890619/2	02 06 %	28/03/2020
Bettina Cotliarenko Fichbein	3436802/1	08 24 %	25/03/2020
Cristiano Gasperin	3778835/1	03 09 %	19/03/2020
Franciele Fontana Queiroz	3788075/1	03 09 %	13/03/2020
Gisele Vieira Vilarino	3436330/1	07 21 %	24/03/2020
Gláucia Vaz Fernandes	3439291/1	06 18 %	08/03/2020
Guadalupe Oliveira Portella	4380754/1	01 03 %	29/03/2020
Inácio Rogério Dutra Tavares	3451054/1	07 21 %	01/03/2020
João Manoel Ferreira Bicca	4380452/1	01 03 %	25/03/2020
Jodar Pedroso Prates	3432440/1	09 27 %	29/03/2020
Juliana Braga Minuzzi	3446042/1	05 15 %	27/03/2020
Leandro Ivan Mallmann	3441598/2	06 18 %	07/03/2020



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 14 de abril de 2020.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2824

Luciana Saldanha de Vargas	3446034/1	05 15 %	23/03/2020
Luiz Fernando Portilio	3925927/2	04 12 %	08/03/2020
Magnus Vieira Pedrini	2666260/2	06 18 %	28/03/2020
Marcelo de Souza Silva	3437310/1	08 24 %	01/03/2020
Marcia de Oliveira Santos Thetinski	3396088/2	05 15 %	12/03/2020
Márcio Ricardo Mielke	2666456/2	06 18 %	28/03/2020
Mateus Casarotto	3604314/2	04 12 %	28/03/2020
Mauricio e Silva	4380045/2	01 03 %	18/03/2020
Nailza da Silva Rosa	3441776/1	10 30 %	01/03/2020
Naussen Cosme Velho Pezat	4379667/1	01 03 %	12/03/2020
Pedro Fernando Seibel	3745198/1	04 12 %	04/03/2020
Ricardo Machado Pereira	3438872/1	06 18 %	08/03/2020
Rodrigo Cardoso Borba	3440940/1	06 18 %	15/03/2020
Rodrigo Fürst	3446395/1	05 15 %	23/03/2020
Rogério Pereira Jacks	3446417/1	05 15 %	18/03/2020
Shaiana da Silva Krumenauer Schmidt	3446050/1	05 15 %	24/03/2020
Shanna Canto Bernardi de Farias	3407373/2	03 09 %	14/03/2020
Silvana Marengo	4262581/1	02 06 %	18/03/2020
Tais Maciel Coral	3446085/1	05 15 %	30/03/2020
Vinicius Santos Bazzi	4380312/1	01 03 %	21/03/2020

NOME	ID	LICENÇA PRÊMIO
Adriane Cardoso Mendes	3427412/1	17/03/2015 a 14/03/2020
Alberto Farias Maciel	3445976/1	05/03/2015 a 02/03/2020
Alethea Otto Tavares Selistre	3374807/2	12/03/2015 a 09/03/2020
André Luís da Silva Franzoso	3446018/1	30/03/2015 a 27/03/2020
Anelise Volkweis	3429040/1	03/04/2015 a 31/03/2020
Carlos Alberto Simões	3434613/1	28/03/2015 a 25/03/2020
Cesar da Cunha Krebs	3445968/1	05/03/2015 a 02/03/2020
Cléber Smaniotto Baptista	3385108/2	18/03/2015 a 15/03/2020
Fernando Borghetti	3429032/1	28/03/2015 a 25/03/2020
Leandro Kruehl de Nardin	3446000/1	09/03/2015 a 06/03/2020
Luciana Saldanha de Vargas	3446034/1	26/03/2015 a 23/03/2020
Marcos Quintino Rovaris	3432530/1	27/03/2015 a 24/03/2020
Núbia Cristina Bolson	3452093/1	28/03/2015 a 25/03/2020
Ricardo Lopes Caldas	3428656/1	27/03/2015 a 24/03/2020
Rita Verônica Duarte Zambiasi	4239725/2	16/03/2015 a 13/03/2020
Shaiana da Silva Krumenauer Schmidt	3446050/1	27/03/2015 a 24/03/2020
Tais Maciel Coral	3446085/1	02/04/2015 a 30/03/2020

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 14 de abril de 2020.

BENHUR BIANCON JR.,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

NOTA: Vantagens previstas para o mês de abril para os funcionários dos quadros de Pessoal da Procuradoria-Geral de Justiça, conforme aviso emitido pelo Sistema de Recursos Humanos do Estado (RHE), para pagamento automático.



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 14 de abril de 2020.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2824

BOLETIM N. 104/2020

O Excelentíssimo Senhor Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, **BENHUR BIANCON JR.**, no uso de suas atribuições legais, resolve conceder as vantagens a seguir:

NOME	ID	ADICIONAL	DATA BASE
Fernanda Lucas Wortmann	3448363/1	01 15 %	10/03/2020

NOME	ID	AVANÇO	DATA BASE
Adriana de Oliveira Daltrozo de Castro	3433463/1	07 21 %	16/03/2020
Alex Stella de Oliveira	3889297/1	02 06 %	30/03/2020
Bruno Amaral	3883744/1	02 06 %	16/03/2020
Camila Brisch Pereira	3438015/1	06 18 %	07/03/2020
Carla Viviane Nunes Olaves	2963078/3	03 13 %	14/03/2020
Danielli Milczarek	4235290/2	03 09 %	23/03/2020
Elisa Legg Silveira Rodrigues	3437272/1	06 18 %	27/03/2020
Fernanda Lucas Wortmann	3448363/1	05 15 %	10/03/2020
Gabriela Scheeren	3882292/1	02 06 %	08/03/2020
Helena Popp Gardolinski	3448800/1	04 12 %	22/03/2020
Luciano Fernandes Teixeira	3448827/1	04 12 %	29/03/2020
Natalia Michelon Reszka	4380444/1	01 03 %	22/03/2020
Nielson Rodrigues de Souza	4284844/1	04 12 %	26/03/2020
Patrícia Barth Stürmer	3883868/1	02 06 %	16/03/2020
Rafael Brito Biancamano	3884368/1	02 06 %	23/03/2020
Roberto Bastos Fagundes Ghigino	3882276/1	02 06 %	08/03/2020
Virginia Thomé de Oliveira	3881768/1	02 06 %	04/03/2020
Yusef Muhammad Andrade Hassan	4380525/1	01 03 %	26/03/2020

NOME	ID	LICENÇA PRÊMIO
Adriana Moraes de Almeida	4242017/2	01/04/2015 a 29/03/2020
Ândrea Rodrigues Luçardo	3434621/1	02/04/2015 a 30/03/2020
Fernanda de Medeiros Mottin	3434591/1	24/03/2015 a 21/03/2020
Gaspar Martins Brum Corrêa	3429490/1	03/04/2015 a 31/03/2020
Geórgia Schneider Eisele	3417123/2	14/03/2015 a 11/03/2020
José Luiz da Silva Araújo	1183044/2	14/03/2015 a 11/03/2020
Luísa Trescastro da Silveira	3448789/1	22/03/2015 a 19/03/2020
Patricia Martins Stefani	3452131/1	31/03/2015 a 28/03/2020
Priscila da Silva Lopes	4222881/1	06/03/2015 a 03/03/2020

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 14 de abril de 2020.

BENHUR BIANCON JR.,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

NOTA: Vantagens previstas para o mês de abril para os funcionários dos quadros de cargos em comissão da Procuradoria-Geral de Justiça, conforme aviso emitido pelo Sistema de Recursos Humanos do Estado (RHE), para pagamento automático.

BOLETIM N. 105/2020

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, BENHUR BIANCON JR., NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

AUTORIZAR

- o servidor DANIEL BERLEZI DE QUADROS, Agente Administrativo, ID n. 3110800, para, sem prejuízo de sua remuneração, afastar-se parcialmente de suas funções, pelo período de 16 de março a 03 de julho de 2020, a fim de frequentar curso de Mestrado, na Universidade Federal do Rio Grande - FURG, na forma do Artigo 125 da Lei Complementar 10.098/94, e nos termos do Provimento n.



55/2016, devendo retornar às suas funções normais ao término do referido curso, bem como comprovar semestralmente sua frequência (PR.00825.00037/2020-1 - Port. 0923/2020).

CONCEDER

- o abono de permanência ao servidor TAURINO BATISTA DE OLIVEIRA NETO, Adido - Quadro Especial da SARH, ID n. 2419106, a contar de 25 de junho de 2019, equivalente ao percentual da contribuição previdenciária recolhida sobre a remuneração do cargo em comissão de Assessor de Procuradoria de Justiça, CC-10, acrescida da gratificação de representação de 35% (trinta e cinco por cento)(PR.00012.00468/2019-3 - Port. 0927/2020).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 14 de abril de 2020.

BENHUR BIANCON JR.,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS**

BOLETIM N. 10/2020

O COORDENADOR DO CAO DO CONSUMIDOR E DA ORDEM ECONÔMICA científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 00721.000.099/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Barra do Ribeiro. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Raquel Isotton. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Barra do Ribeiro. OBJETO: Acompanhamento e fiscalização de cumprimento das medidas emergenciais previstas no Decreto Estadual n.º 55.128, de 19 de março de 2020, que declara estado de calamidade pública em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo COVID-19 (novo Coronavírus). INVESTIGADO(S): Município de Mariana Pimentel. LOCAL DO FATO: Município de Marina Pimentel/RS

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01506.000.135/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Canoas. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Felipe Teixeira Neto. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Canoas. OBJETO: Apurar grave lesão às relações de consumo diante de consistentes indícios no sentido de que a investigada utiliza água proveniente de fonte alternativa de captação - e, por isso clandestina - no processo industrial de fabricação de produto para consumo humano (gelo), em desacordo com as diretrizes sanitárias fixadas para tanto, o que o torna impróprio para consumo. INVESTIGADO(S): Não informado.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00743.001.121/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Carazinho. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Paulo Estevam Costa Castro Araújo. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Carazinho. OBJETO: Apurar a edequeação da estrutura de funcionamento do SIM de Carazinho. INVESTIGADO(S): MUNICÍPIO DE CARAZINHO. LOCAL DO FATO: Carazinho.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01684.001.290/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Palmeira das Missões. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Guilherme Martins de Martins. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça Substituto de Entrância Intermediária - 8. OBJETO: Denúncia enviada pela internet em relação ao parque municipal de exposições de Palmeira das Missões. INVESTIGADO(S): Prefeitura Municipal de Palmeira das Missões. LOCAL DO FATO: Palmeira das Missões.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01864.000.575/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Sananduva. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Claudia Lucia Bonetti. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Sananduva. OBJETO: Deficiência no abastecimento de água. INVESTIGADO(S): CORSAN SANANDUVA. LOCAL DO FATO: Sananduva.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00865.001.676/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Giani Pohlmann Saad. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria. OBJETO: apurar a ocorrência de danos aos consumidores usuários de transporte urbano de Santa Maria em face à ausência de comprovação do cumprimento das medidas sanitárias em atendimento às Recomendações do Ministério Público de Santa Maria e Município de Santa Maria, através do PROCON/SM, pela Associação de Transporte Urbano de Santa Maria- ATM a partir da informação de superlotação de ônibus em 01 de abril, em conduta em infringência aos arts. 14 da Lei 8.068/90 e 14 do Decreto Estadual n. 55.154, de 01 de abril de 2020. INVESTIGADO(S): ATU - Associação dos Transportes Urbanos de Santa Maria. LOCAL DO FATO: SANTA MARIA.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 00865.001.570/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Giani Pohlmann Saad. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria. OBJETO: levantamento de iniciativas possíveis em momento de calamidade pública para minimização de ocorrências de descontinuidade de água pela Concessionária Corsan, em face de precariedade de adutora na Rua Osvaldo Cruz em prejuízo ao normal distribuição de água para região de Camobi entre as Universidade Federal de Santa Maria e região do Residencial Moradas Club, em momento de Pandemia na forma dos arts. 6º, I e III, 22 e da Lei 8.078/90 INVESTIGADO(S): Corsan Santa Maria, Município de Santa Maria.



TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01536.000.565/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Guaíba. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Ana Luiza Domingues de Souza Leal. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Guaíba. OBJETO: Acompanhamento do cumprimento das medidas emergenciais previstas no Decreto Estadual n. 55.128, de 19 de março de 2020, que declara estado de calamidade pública, para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo COVID-19 (novo Coronavírus), relativamente à área de defesa do consumidor. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Guaíba.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 09 de Abril de 2020.

GUSTAVO DE AZEVEDO E SOUZA MUNHOZ,
Coordenador do CAO do Consumidor e da Ordem Econômica.
De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM N. 14/2020 - CAOMA

O COORDENADOR DO CAO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01658.000.784/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Caçapava do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Rogério Fava Santos. CLASSIFICAÇÃO: Des. Exc. - Regime de Exceção - 2º PJ da Promotoria de Caçapava do Sul - Rogério Fava Santos. OBJETO: acúmulo de lixo, num beco localizado na Av. Lima e Silva, n. 949, saída para Lavras, de propriedade de Saul Josel Oliveira Gonçalves. INVESTIGADO(S): Saul Josel Oliveira Gonçalves. LOCAL DO FATO: Caçapava do Sul/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 00755.000.853/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Cruz Alta. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Vanessa Casarin Schütz. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Cruz Alta. OBJETO: CAVALOS CRIADOS NO MEIO URBANO. INVESTIGADO(S): ALESSANDRO DOS REIS. LOCAL DO FATO: Cruz Alta.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01748.000.505/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Dois Irmãos. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Wilson Luis Grezzana. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Dois Irmãos. OBJETO: Verificar o desmatamento de árvores nativas, por Paulo Valter Schenkel e outros, dentro do Bioma Mata Atlântica, sem autorização da autoridade competente. INVESTIGADO(S): Paulo Valter Schenkel. LOCAL DO FATO: Dois Irmãos.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01650.000.196/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Faxinal do Soturno. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Claudio Antonio Rodrigues Estivallet Junior. CLASSIFICAÇÃO:

Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Faxinal do Soturno. OBJETO: investigar possível infração ambiental praticada por Ezequiel Trombine e Alberi Jovino Foletto incorrendo no art. 60 da Lei n. 9.605/98, na Localidade da Glória, em São João do Polêsine/RS. INVESTIGADO(S): Alberi Jovino Foletto, Ezequiel Trombini. LOCAL DO FATO: Faxinal do Soturno.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01690.001.883/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Denis Gustavo Gitrone. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen. OBJETO: Depósito de lixo irregular, sem licença de operação, causador de poluição ambiental. INVESTIGADO(S): Município de Caçara, Odair José dos Santos. LOCAL DO FATO: ERS 150, Km 10, Núcleo Habitacional Lagoa da Figueira (entrada da cidade), Município de Caçara (RS).

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01888.000.337/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Vicente do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Rogério Fava Santos. CLASSIFICAÇÃO: Des. Exc. - Regime de Exceção - PJ da Promotoria de São Vicente do Sul - Rogério Fava Santos. OBJETO: Depósito e descarte irregular de agrotóxicos. INVESTIGADO(S): CRUZADA AEREO AGRÍCOLA LTDA. LOCAL DO FATO: São Vicente do Sul/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01633.000.171/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Annelise Monteiro Steigleder. CLASSIFICAÇÃO: 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre. OBJETO: Averiguar depósito de resíduos as margens da Av. Severo Dullius em toda sua extensão entre a Av. Dique e a Sérgio Jungblut Dietrich, nesta Capital. . INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01413.000.253/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Alexandre Sikinowski Saltz. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre. OBJETO: Apurar poluição sonora causada pelos cultos realizados pela Igreja "ABA" na Rua Jasmim n. 45, bairro Vila Nova, nesta Capital. INVESTIGADO(S): Igreja ABA - Aliança Bíblica de Avivamento. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01704.000.535/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Rosário do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Sabrina Cabrera Batista Botelho. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Rosário do Sul. OBJETO: Apurar denúncia de irregularidades no estabelecimento Fitty Pub (Clube dos Coroas), em especial no que toca à poluição sonora. INVESTIGADO(S): Fitty Pub (Clube dos Coroas), Rogério Puglia Dorneles, Alcení Elizar Lopes Chaves. LOCAL DO FATO: Rosário do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01704.000.499/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Rosário do Sul.



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 14 de abril de 2020.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2824

PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Sabrina Cabrera Batista Botelho. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Rosário do Sul. OBJETO: Matéria veiculada na imprensa acerca do depósito de lixo na zona urbana do município. INVESTIGADO(S): Município de Rosário do Sul. LOCAL DO FATO: Rosário do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01864.000.407/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Sananduva. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cláudia Lucia Bonetti. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Sananduva. OBJETO: Averiguar o recebimento e a manutenção de agrotóxicos sem procedência e em desacordo com a legislação, na agropecuária de propriedade do investigado. INVESTIGADO(S): Evandro Elias Zamboni. LOCAL DO FATO: Sananduva.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00878.000.445/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de São Borja. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Melissa Marchi Juchen. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Borja. OBJETO: Aplicação de produtos químicos em lavoura (próximo a residências). INVESTIGADO(S): Ederseu Selvino Schaedler. LOCAL DO FATO: São Borja.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00878.000.064/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de São Borja. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Melissa Marchi Juchen. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Borja. OBJETO: descarte irregular de embalagens de agrotóxicos. INVESTIGADO(S): Celso Luis Arenhardt. LOCAL DO FATO: São Borja.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00881.000.495/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Rogério Fava Santos. CLASSIFICAÇÃO: Des. Exc. - Regime de Exceção - PJ Substituto de Entrância Inicial - 7 - Rogério Fava Santos. OBJETO: Boletim de Ocorrência e Procedimento em Ocorrência Ambiental instaurados em desfavor de Edson Fabiano Garcia Muller por praticar, em tese, supressão de vegetação nativa e ateamento de fogo. INVESTIGADO(S): Edson Fabiano Garcia Muller, Jose Paulino Garcia Rezer. LOCAL DO FATO: Sobra do Itajuru, Interior do Município de São Francisco de Assis/RS.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01870.000.260/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Rogério Fava Santos. CLASSIFICAÇÃO: Des. Exc. - Regime de Exceção - PJ Substituto de Entrância Inicial - 7 - Rogério Fava Santos. OBJETO: Investigar a prática de dano ambiental consistente na supressão e corte raso de vegetação nativa, em mata secundária do Bioma Mata Atlântica, em desacordo com a licença expedida, constatado no dia 28/08/2017, por volta das 14h30min, na localidade Vila Kramer, interior de São Francisco de Assis/RS, coordenadas geográficas: Latitude 29°19'18.93 e Longitude 55°5'28.38. INVESTIGADO(S): Anaurelino Juarez Correa Brum, Jones Donini Piveta, Danielle Machado Fontana. LOCAL DO FATO: São Francisco de Assis.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO

PROCEDIMENTO: 01616.000.106/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de São Luiz Gonzaga. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Melissa Stein Scharnberg. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Luiz Gonzaga. OBJETO: Apurar a ocorrência de danos ao meio ambiente, decorrentes da supressão de vegetação campestre nativa característica do Bioma Pampa, dentro de Área de Preservação Permanente, em área total de 3,014 hectares, tudo sem a devida licença ou autorização do órgão ambiental competente. INVESTIGADO(S): Leandro Chitolina. LOCAL DO FATO: Rincão dos Fabrícios, em Bossoroca.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01616.000.115/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de São Luiz Gonzaga. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Melissa Stein Scharnberg. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Luiz Gonzaga. OBJETO: Apurar a ocorrência de danos ao meio ambiente, decorrentes da supressão de vegetação campestre nativa, dentro de Área de Preservação Permanente, consistente em construção de barragem em curso d'água, com área inundada de aproximadamente 0,1 hectare, tudo sem a devida licença ou autorização do órgão ambiental competente. INVESTIGADO(S): Ana Helena Braga Pires, Alceu Caetano Braga. LOCAL DO FATO: Rincão dos Antunes, Interior, em Bossoroca.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00921.000.300/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Uruguaiana. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Pablo da Silva Alfaro. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Uruguaiana. OBJETO: OCORRÊNCIA AMBIENTAL 007/2019 - DESCARTE IRREGULAR DE RESÍDUOS SÓLIDOS. INVESTIGADO(S): EMERSON BITENCOURT FIALHO, JORGE ANDRÉ DE FREITAS ABREU. LOCAL DO FATO: Uruguaiana.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01714.000.259/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Arroio do Tigre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Rogério Fava Santos. CLASSIFICAÇÃO: Des. Exc. - Regime de Exceção - PJ da Promotoria de Arroio do Tigre - Rogério Fava Santos. OBJETO: Compareceram nesta Promotoria de Justiça, a Sra. Elenir Rodrigues de Moraes e a Sra. Minda Speth Francisco, para informar que seu vizinho Uilian Christmann, morador do Bairro Limberger, está fazendo açude quase na divisa da residência da comunicante Elenir, a qual teme que, com as chuvas, transborde, levando água e terra para sua residência e para as demais casas da proximidade. afirmou que na propriedade do outro vizinho, Nilton Veiga, também há um açude que já transbordou. A comunicante Minda alegou ter ligado para FEPAM, ocasião em que foi informada de que Uilian não tinha licença para fazer o açude. Ainda, afirmaram que souberam que Uilian procurou a EMATER, a fim de se informar sobre a abertura do açude. INVESTIGADO(S): Uilian Christmann. LOCAL DO FATO: Arroio do Tigre/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01816.000.487/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Portão. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Pietro Chidichimo Junior. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Portão. OBJETO: APURAR A REGULARIDADE AMBIENTAL DE CEMITÉRIO EM CAPELA DE SANTANA. INVESTIGADO(S): Prefeitura de Capela de Santana. LOCAL DO FATO: Portão.



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 14 de abril de 2020.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2824

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01806.000.975/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Parobé. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Isabel da Costa Franco Santos. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Parobé. OBJETO: Apurar possível dano ambiental decorrente de irregularidades em área localizada na Rua Gaspar Silveira Martins, n. 2280, Santa Cristina do Pinhal, em Parobé/RS, licenciada para Processamento de Resíduos Sólidos Industriais Classe II-B (CODRAM 3122,30) e Central de Triagem e Compostagem de RSU com Estação de Transbordo (CODRAM 3541,10), constatadas pela PATRAM e registradas no TC 223_161_DEZ_2019. INVESTIGADO(S): Luiz Augusto Muller, Ecoambiental Processadora e Reciclagem de Resíduos Ltda. - ME, Heloisa Maria Luciano. LOCAL DO FATO: Parobé.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01536.000.564/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Guaíba. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Ana Luiza Domingues de Souza Leal. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Guaíba. OBJETO: Acompanhamento e fiscalização do cumprimento das medidas emergenciais previstas no Decreto Estadual n. 55.128, de 19 de março de 2020, que declara estado de calamidade pública, para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo COVID-19 (novo Coronavírus), relativamente às áreas de defesa do meio ambiente e da ordem urbanística. INVESTIGADO(S): Município de Guaíba. LOCAL DO FATO: Guaíba.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01342.000.003/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Rede Ambiental Taquari-Antas. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Andrea Almeida Barros. CLASSIFICAÇÃO: Des. Exc. - Atos Específicos - Andrea Almeida Barros. OBJETO: Possível dano ambiental resultante da extração de argila em área de preservação permanente do Rio Taquari, no município de Roca Sales. INVESTIGADO(S): Olaria Bronca Ltda. - ME. LOCAL DO FATO: Olaria Bronca Ltda. - ME, no município de Roca Sales/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 09 de abril de 2020.

DANIEL MARTINI,
Coordenador do CAO de Defesa do Meio Ambiente.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM N. 124/2020

O COORDENADOR DO CAO CRIMINAL E DE SEGURANÇA PÚBLICA científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01518.000.108/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Criminal de Lajeado. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Ana Emília Vilanova.

CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Criminal de Lajeado. OBJETO: Presídio Estadual de Lajeado e Presídio Estadual Feminino Miguel Alcides Feldens. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Lajeado. CAO comunicado: CAO CRIMINAL E DE SEGURANÇA PÚBLICA

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 00816.000.031/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Criminal de Novo Hamburgo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Luciano Alessandro Winck Gallicchio. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Criminal de Novo Hamburgo. OBJETO: Procedimento Administrativo Permanente de acompanhamento do Instituto Penal de Novo Hamburgo - IPNH, Casa Prisional localizada no Município de Novo Hamburgo, onde cumprem pena presos do regime semiaberto, com processos de execução criminal - PECs da competência da Vara de Execuções Criminais Regional de Novo Hamburgo, para documentação das inspeções mensais, bem como da confecção dos relatórios trimestrais e anuais a serem encaminhados à Corregedoria-Geral do Ministério Público - CGMP/RS e ao Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Instituto Penal de Novo Hamburgo. CAO comunicado: CAO CRIMINAL E DE SEGURANÇA PÚBLICA

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 00876.000.201/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Santo Augusto. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Dinamácia Maciel de Oliveira. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santo Augusto. OBJETO: Apurar notícia de assédio moral ao servidor ADIR SCHREIBER como forma de represália por sua atuação como representante setorial do controle interno na Câmara de Vereadores de Santo Augusto, no período de janeiro de 2017 a janeiro de 2018.. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Santo Augusto. CAO comunicado: CAO CRIMINAL E DE SEGURANÇA PÚBLICA

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 09 de Abril de 2020.

LUCIANO VACCARO,

Coordenador do CAO Criminal e de Segurança Pública.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM N. 122/2020

O COORDENADOR DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01884.000.227/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Sepé. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Rogério Fava Santos. CLASSIFICAÇÃO: Des. Exc. - Regime de Exceção - Pj Substituto de Entrância Inicial - 8 - Rogério Fava Santos. OBJETO: Requerimento - Acessibilidade de Pessoas Com Deficiência - Pedido de adoção de providências para garantir



a inclusão e a acessibilidade aos prédios públicos municipais. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: São Sepé. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 00712.000.754/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Alegrete. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Rodrigo Alberto Wolf Piton. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Alegrete. OBJETO: Acompanhar e fiscalizar de forma permanente as atividades desenvolvidas pela Casa Lar do Idoso de Alegrete. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Alegrete. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01776.000.118/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Guaporé. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cláudio da Silva Leiria. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Guaporé. OBJETO: Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das medidas emergenciais previstas no Decreto Estadual n. 55.128, de 19 de março de 2020 (estado de calamidade pública - COVID-19). INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Guaporé. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01776.000.123/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Guaporé. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cláudio da Silva Leiria. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Guaporé. OBJETO: Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das medidas emergenciais previstas no Decreto Estadual n. 55.128, de 19 de março de 2020 (estado de calamidade pública - COVID-19). INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Guaporé. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01776.000.119/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Guaporé. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cláudio da Silva Leiria. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Guaporé. OBJETO: Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das medidas emergenciais previstas no Decreto Estadual n. 55.128, de 19 de março de 2020 (estado de calamidade pública - COVID-19). INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Guaporé. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01776.000.120/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Guaporé. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cláudio da Silva Leiria. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Guaporé. OBJETO: Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das medidas emergenciais previstas

no Decreto Estadual n. 55.128, de 19 de março de 2020 (estado de calamidade pública - COVID-19). INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Guaporé. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01776.000.121/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Guaporé. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cláudio da Silva Leiria. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Guaporé. OBJETO: Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das medidas emergenciais previstas no Decreto Estadual n. 55.128, de 19 de março de 2020 (estado de calamidade pública - COVID-19). INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Guaporé. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01776.000.122/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Guaporé. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cláudio da Silva Leiria. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Guaporé. OBJETO: Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das medidas emergenciais previstas no Decreto Estadual n. 55.128, de 19 de março de 2020 (estado de calamidade pública - COVID-19). INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Guaporé. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 00792.000.100/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Ibirubá. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Suzane Hellfeldt. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Ibirubá. OBJETO: Procedimento administrativo de acompanhamento e fiscalização do município de Ibirubá a respeito do cumprimento das medidas emergenciais previstas no Decreto Estadual n. 55.128, de 19 de março de 2020, que declara estado de calamidade pública em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo COVID-19 (novo Coronavírus). INVESTIGADO(S): Prefeitura Municipal de Ibirubá. LOCAL DO FATO: Ibirubá. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 00792.000.101/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Ibirubá. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Suzane Hellfeldt. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Ibirubá. OBJETO: Procedimento administrativo de acompanhamento e fiscalização do município de Quinze de Novembro a respeito do cumprimento das medidas emergenciais previstas no Decreto Estadual n. 55.128, de 19 de março de 2020, que declara estado de calamidade pública em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo COVID-19 (novo Coronavírus). INVESTIGADO(S): Prefeitura Municipal de Quinze de Novembro. LOCAL DO FATO: Quinze de Novembro. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 14 de abril de 2020.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2824

DA PROTEÇÃO SOCIAL

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01593.000.534/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Tramandaí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Mari Oni Santos da Silva. CLASSIFICAÇÃO: 4º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tramandaí. OBJETO: E-mail do PGJ - Memo Circ. Gab. n. 19/2020 - URGENTE - RECOMENDAÇÃO - DECRETO N. 55.154. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Tramandaí; Imbé; Cidreira; Balneário Pinhal. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 00931.001.055/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Viamão. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Gisele Moretto. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Viamão. OBJETO: Fiscalização de cumprimento pela agência local do Instituto Nacional do Seguro Social, pelo Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Viamão, pelas Instituições Bancárias, públicas e privadas, bem como pelas agências lotéricas das medidas emergenciais previstas no Decreto Estadual n. 55.128/2020 e no Decreto Municipal 24/2020, assim como naqueles que, no curso de sua vigência, vierem a substituí-los ou alterá-los. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Viamão. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 00931.001.159/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Viamão. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Gisele Moretto. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Viamão. OBJETO: Fiscalizar o cumprimento, pelos estabelecimentos que vendem alimentos e bebidas, das medidas emergenciais previstas no Decreto Estadual n. 55.128, de 19 de março de 2020, que declara estado de calamidade pública em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo COVID-19 (novo Coronavírus) e no Decreto Municipal 24/2020, assim como naqueles que, no curso da vigência, vierem a alterá-los ou substituí-los. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Viamão. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 00931.001.257/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Viamão. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Gisele Moretto. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Viamão. OBJETO: Acompanhar a regular vacinação na rede pública municipal durante a pandemia do COVID-19 (novo Coronavírus). INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Viamão. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 07 de Abril de 2020.

ANGELA SALTON ROTUNNO,

Coordenadora do CAO dos Direitos Humanos, da Saúde e da Proteção Social.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM N. 126/2020

A COORDENADORA DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 00731.000.357/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Camaquã. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Fabiane Rios. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça Substituto de Entrância Intermediária - 26. OBJETO: Apurar as medidas aplicadas pelos Municípios no combate à Pandemia do Covid-19. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Camaquã. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01518.000.108/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Criminal de Lajeado. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Ana Emília Vilanova. CLASSIFICAÇÃO: 2º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Criminal de Lajeado. OBJETO: Presídio Estadual de Lajeado e Presídio Estadual Feminino Miguel Alcides Feldens. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Lajeado. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 00815.001.399/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Novo Hamburgo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Juliana Maria Giongo. CLASSIFICAÇÃO: 2º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Novo Hamburgo. OBJETO: Acompanhar adoção de medidas, pelo Município de Novo Hamburgo, quanto à população em situação de rua, no enfrentamento à pandemia causada pelo Novo Coronavírus - COVID-19. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Novo Hamburgo. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01822.000.131/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Restinga Seca. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Claudio Antonio Rodrigues Estivallet Junior. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Restinga Seca. OBJETO: Fortalecer, acompanhar e fiscalizar a atuação do Município de Restinga Seca nas ações promovidas nas áreas de saúde e assistência social visando a conscientização, prevenção e combate ao COVID-19 e seus



impactos. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Restinga Seca. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01822.000.130/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Restinga Seca. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Claudio Antonio Rodrigues Estivallet Junior. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Restinga Seca. OBJETO: Objetiva o presente procedimento implementar os direitos dos idosos previstos no art. 3º Estatuto do Idoso, pelo qual é obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Restinga Seca. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01822.000.129/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Restinga Seca. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Claudio Antonio Rodrigues Estivallet Junior. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Restinga Seca. OBJETO: Acompanhar a verificação e a implantação de projeto com relação a acessibilidade no município de Restinga Seca e a efetiva aplicação da Lei 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência). INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Restinga Seca. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01614.000.258/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de São Gabriel. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Thomaz de La Rosa da Rosa. CLASSIFICAÇÃO: 1º Cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Gabriel. OBJETO: Acompanhamento e fiscalização de cumprimento das medidas emergenciais para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo COVID-19 (novo Coronavírus), pelo Município de São Gabriel. INVESTIGADO: Município de São Gabriel. LOCAL DO FATO: São Gabriel. CAO comunicado: CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 13 de Abril de 2020.

ANGELA SALTON ROTUNNO,

Coordenadora do CAO dos Direitos Humanos, da Saúde e da Proteção Social.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM N. 127/2020

O COORDENADOR DO CAO CÍVEL E DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA científica, na forma do § 2º do artigo 7º da

Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01500.000.272/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Bagé. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cláudio Rafael Morosin Rodrigues. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Bagé. OBJETO: Acompanhar o processo de possível transferência da sede da Inspeção de Defesa Agropecuária para a Associação Rural de Bagé (possível redução das condições de trabalho e eventual existência de conflitos de interesses). INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Bagé.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01500.000.334/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Bagé. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cláudio Rafael Morosin Rodrigues. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Bagé. OBJETO: Atendimento com o Promotor. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Bagé.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00723.001.175/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Bento Gonçalves. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Alécio Silveira Nogueira. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Bento Gonçalves. OBJETO: Averiguar possíveis irregularidades em pagamentos realizados pela Câmara de Vereadores de Bento Gonçalves a empresa supostamente ligada a servidor público (Secretário Adjunto) do Município de Bento Gonçalves. INVESTIGADO(S): FML Esportes (FML Assessoria & Comunicação Esportiva), Fabiano Martins de Lima. LOCAL DO FATO: Bento Gonçalves/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00727.000.094/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Cacequi. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Marina de Bem Casanova. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Cacequi. OBJETO: Apurar a existência de contratações temporárias irregulares no Município de Cacequi, em descumprimento ao art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, em detrimento da realização de concursos públicos. INVESTIGADO(S): Município de Cacequi. LOCAL DO FATO: Cacequi.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 00734.000.119/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Campo Bom. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Letícia Elsner Pacheco de Sá. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Campo Bom. OBJETO: Acompanhamento e fiscalização de cumprimento das medidas emergenciais previstas no Decreto Estadual n. 55.128, de 19 de março de 2020, que declara estado de calamidade pública em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo COVID-19 (novo Coronavírus). INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Campo Bom.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO



PROCEDIMENTO: 00734.000.475/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Campo Bom. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Letícia Elsner Pacheco de Sá. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Campo Bom. OBJETO: APURAR IRREGULARIDADES NA EXECUÇÃO DE CONTRATO COM A EMPRESA TRIEDO (NOMINAR) INDICADAS NA SINDICÂNCIA SOB N. 244/2019. INVESTIGADO(S): MUNICÍPIO DE CAMPO BOM. LOCAL DO FATO: Campo Bom.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00734.000.475/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Campo Bom. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Letícia Elsner Pacheco de Sá. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Campo Bom. OBJETO: APURAR IRREGULARIDADES NA EXECUÇÃO DE CONTRATO COM A EMPRESA TRIEDRO ENGENHARIA CONSTRUÇÕES E AVALIAÇÕES LTDA INDICADAS NA SINDICÂNCIA SOB N. 244/2019. . INVESTIGADO(S): Triedro Engenharia Construções e Avaliações LTDA. LOCAL DO FATO: CAMPO BOM.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 00740.001.473/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Canoas. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Sônia Madalena Silveira Bonilla. CLASSIFICAÇÃO: 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Canoas. OBJETO: Verificar sob quais circunstâncias e fundamento foram fixados os preços para compra de vagas em escolas da rede privada no Município de Canoas, nos editais n. 318/2017 e 498/2018, tendo em vista apontamento do TCE/RS, na Inspeção Especial n. 26067-0200/19-7, onde se verificou a suposta falta de critério e justificativa para a fixação dos valores; bem como a falta de exigência de documentos necessários à habilitação das instituições de ensino interessadas nos respectivos certames, situação também apontada na Inspeção Especial acima citada. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Município de Canoas.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01742.000.040/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Constantina. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Kátia Regina Griza. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Constantina. OBJETO: Investigar possível ato de improbidade administrativa consistente na cedência de bem público para particular e concessão de auxílio, em desacordo com os ditames legais. INVESTIGADO(S): Valdecir Luiz Estevan. LOCAL DO FATO: Engenho Velho/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 01508.000.207/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Erechim. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Adriano Luís de Araujo. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Erechim. OBJETO: eventual omissão do Município em fazer o pagamento do auxílio transporte aos servidores públicos municipais de Erechim. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Município de Erechim.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00763.001.016/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Erechim. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Adriano Luís de Araujo. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Erechim. OBJETO: apurar o

modo pelo qual a Lei Anticorrupção (Lei n. 12.846/2013) tem sido implementada pelo Município de Barão de Cotegipe, sobretudo no tocante à regulamentação da norma nacional e sua aplicação concreta no âmbito municipal.. INVESTIGADO(S): Município de Barão de Cotegipe. LOCAL DO FATO: Erechim.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00763.001.028/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Erechim. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Adriano Luís de Araujo. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Erechim. OBJETO: apurar o modo pelo qual a Lei Anticorrupção (Lei n. 12.846/2013) tem sido implementada pelo Município de Severiano de Almeida, sobretudo no tocante à regulamentação da norma nacional e sua aplicação concreta no âmbito municipal.. INVESTIGADO(S): Município de Severiano de Almeida. LOCAL DO FATO: Erechim.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00763.001.029/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Erechim. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Adriano Luís de Araujo. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Erechim. OBJETO: apurar o modo pelo qual a Lei Anticorrupção (Lei n. 12.846/2013) tem sido implementada pelo Município de Três Arroios, sobretudo no tocante à regulamentação da norma nacional e sua aplicação concreta no âmbito municipal.. INVESTIGADO(S): Município de Três Arroios. LOCAL DO FATO: Erechim.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00763.001.027/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Erechim. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Adriano Luís de Araujo. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Erechim. OBJETO: apurar o modo pelo qual a Lei Anticorrupção (Lei n. 12.846/2013) tem sido implementada pelo Município de Quatro Irmãos, sobretudo no tocante à regulamentação da norma nacional e sua aplicação concreta no âmbito municipal.. INVESTIGADO(S): Município de Quatro Irmãos. LOCAL DO FATO: Erechim.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00763.001.017/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Erechim. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Adriano Luís de Araujo. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Erechim. OBJETO: apurar o modo pelo qual a Lei Anticorrupção (Lei n. 12.846/2013) tem sido implementada pelo Município de Barra do Rio Azul, sobretudo no tocante à regulamentação da norma nacional e sua aplicação concreta no âmbito municipal.. INVESTIGADO(S): Município de Barra do Rio Azul. LOCAL DO FATO: Erechim.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00763.001.026/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Erechim. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Adriano Luís de Araujo. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Erechim. OBJETO: apurar o modo pelo qual a Lei Anticorrupção (Lei n. 12.846/2013) tem sido implementada pelo Município de Ponte Preta, sobretudo no tocante à regulamentação da norma nacional e sua aplicação concreta no âmbito municipal.. INVESTIGADO(S): Município de Ponte Preta. LOCAL DO FATO: Erechim.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 14 de abril de 2020.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2824

PROCEDIMENTO: 00763.001.025/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Erechim. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Adriano Luís de Araujo. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Erechim. OBJETO: apurar o modo pelo qual a Lei Anticorrupção (Lei n. 12.846/2013) tem sido implementada pelo Município de Paulo Bento, sobretudo no tocante à regulamentação da norma nacional e sua aplicação concreta no âmbito municipal.. INVESTIGADO(S): Município de Paulo Bento. LOCAL DO FATO: Erechim.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00763.001.022/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Erechim. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Adriano Luís de Araujo. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Erechim. OBJETO: apurar o modo pelo qual a Lei Anticorrupção (Lei n. 12.846/2013) tem sido implementada pelo Município de Jacutinga, sobretudo no tocante à regulamentação da norma nacional e sua aplicação concreta no âmbito municipal.. INVESTIGADO(S): Município de Jacutinga. LOCAL DO FATO: Erechim.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00763.001.018/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Erechim. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Adriano Luís de Araujo. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Erechim. OBJETO: apurar o modo pelo qual a Lei Anticorrupção (Lei n. 12.846/2013) tem sido implementada pelo Município de Campinas do Sul, sobretudo no tocante à regulamentação da norma nacional e sua aplicação concreta no âmbito municipal.. INVESTIGADO(S): Município de Campinas do Sul. LOCAL DO FATO: Erechim.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00763.001.019/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Erechim. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Adriano Luís de Araujo. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Erechim. OBJETO: apurar o modo pelo qual a Lei Anticorrupção (Lei n. 12.846/2013) tem sido implementada pelo Município de Cruzaltense, sobretudo no tocante à regulamentação da norma nacional e sua aplicação concreta no âmbito municipal.. INVESTIGADO(S): Município de Cruzaltense. LOCAL DO FATO: Erechim.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00763.001.020/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Erechim. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Adriano Luís de Araujo. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Erechim. OBJETO: apurar o modo pelo qual a Lei Anticorrupção (Lei n. 12.846/2013) tem sido implementada pelo Município de Erechim, sobretudo no tocante à regulamentação da norma nacional e sua aplicação concreta no âmbito municipal.. INVESTIGADO(S): Município de Erechim. LOCAL DO FATO: Erechim.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00763.001.021/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Erechim. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Adriano Luís de Araujo. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Erechim. OBJETO: apurar o modo pelo qual a Lei Anticorrupção (Lei n. 12.846/2013) tem sido implementada pelo Município de Itatiba do Sul, sobretudo no tocante à regulamentação da norma nacional e sua aplicação concreta no âmbito municipal.. INVESTIGADO(S):

Município de Itatiba do Sul. LOCAL DO FATO: Erechim. CAO

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00763.001.024/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Erechim. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Adriano Luís de Araujo. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Erechim. OBJETO: Dapurar o modo pelo qual a Lei Anticorrupção (Lei n. 12.846/2013) tem sido implementada pelo Município de Mariano Moro, sobretudo no tocante à regulamentação da norma nacional e sua aplicação concreta no âmbito municipal.. INVESTIGADO(S): Município de Mariano Moro. LOCAL DO FATO: Erechim.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 00763.001.359/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Erechim. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Adriano Luís de Araujo. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Erechim. OBJETO: eventual irregularidade na homologação do pregão presencial 51/2019 em relação ao item "retroescavadeira nova" adjudicado à empresa Distribuidora Meridional de Motores Cummins SA. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Erechim.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00763.001.860/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Erechim. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Karina Albuquerque Denicol. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Erechim. OBJETO: Denúncia de direcionamento do processo seletivo para assistente social - Município de Aratiba. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Município de Aratiba.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01445.000.043/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Feliz. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cintia Foster de Almeida. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Feliz. OBJETO: Apuração de possível ato de improbidade administrativa praticado pelo servidor público municipal Rodrigo Breuer de Barros, contra o Município de Feliz, quando da, em tese, venda de certificados de conclusão de curso do ensino na modalidade NUMEJA. INVESTIGADO(S): Rodrigo Breuer de Barros. LOCAL DO FATO: Feliz.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 00775.000.347/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: João Pedro Togni. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen. OBJETO: Acompanhamento e fiscalização de cumprimento das medidas emergenciais previstas no Decreto Estadual n. 55.128, de 19 de março de 2020, que declara estado de calamidade pública em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo COVID-19 (novo Coronavírus).. INVESTIGADO(S): Município de Vicente Dutra. LOCAL DO FATO: Frederico Westphalen.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01888.000.360/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Vicente do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Eder Fernando Kegler.



CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Vicente do Sul. **OBJETO:** Apuração de notícia dando conta de que efetuados pedidos de informações para o Executivo Municipal, através dos ofícios remetidos pelo Vereador Ilvo Antonio Hohemberger (efetuados na tribuna da Câmara e registrados em ata, conforme documentos que seguem anexos), acerca de obras de restauração do pórtico de acesso a cidade, não sobreveio resposta por parte do Executivo ante o solicitado. **INVESTIGADO(S):** Município de Mata. **LOCAL DO FATO:** Município de Mata.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. **N. DO PROCEDIMENTO:** 01888.000.294/2019. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de São Vicente do Sul. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Cristiano Ledur. **CLASSIFICAÇÃO:** Des. Exc. - Regime de Exceção - Pj da Promotoria de São Vicente do Sul - Cristiano Ledur. **OBJETO:** Irregularidades verificadas em sindicância. **INVESTIGADO(S):** Município de Mata. **LOCAL DO FATO:** Secretaria de Obras

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. **N. DO PROCEDIMENTO:** 01597.000.233/2019. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Carolina Barth Loureiro Ingracio. **CLASSIFICAÇÃO:** 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. **OBJETO:** Apurar denúncia contra subprefeito do Itacolomi por uso indevido/particular de veículo do Município. **INVESTIGADO(S):** Não informado. **LOCAL DO FATO:** Itacolumi, Gravataí/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. **N. DO PROCEDIMENTO:** 00783.000.117/2019. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Carolina Barth Loureiro Ingracio. **CLASSIFICAÇÃO:** 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. **OBJETO:** Apurar atuação do Secretário Municipal da SMAT como procurador jurídico de terceiros.. **INVESTIGADO(S):** Não informado. **LOCAL DO FATO:** Gravataí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. **N. DO PROCEDIMENTO:** 01652.000.675/2019. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Horizontina. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Bruna Maria Borgmann. **CLASSIFICAÇÃO:** 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Horizontina. **OBJETO:** Aquisição do Hospital Oswaldo Cruz pelo Município de Horizontina e eventual participação do prefeito municipal no negócio (beneficiário). **INVESTIGADO(S):** Município de Horizontina, ANTONIO OTACÍLIO LAJUS - PREFEITO MUNICIPAL. **LOCAL DO FATO:** Horizontina.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. **N. DO PROCEDIMENTO:** 01652.000.178/2020. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Horizontina. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Bruna Maria Borgmann. **CLASSIFICAÇÃO:** 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Horizontina. **OBJETO:** Recomendação às Unidades de Controle Interno dos Municípios em decorrência das contratações emergenciais durante o Estado de Calamidade Pública no Rio Grande do Sul devido ao COVID-19. **INVESTIGADO(S):** Não informado. **LOCAL DO FATO:** Horizontina.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. **N. DO PROCEDIMENTO:** 01782.000.537/2019. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Ibirubá.

PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: João Pedro Togni. **CLASSIFICAÇÃO:** Des. Exc. - Regime de Exceção - Pj da Promotoria de Ibirubá - João Pedro Togni. **OBJETO:** Irregularidades na terceirização de serviços. **INVESTIGADO(S):** Prefeitura Municipal de Ibirubá. **LOCAL DO FATO:** Ibirubá.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. **N. DO PROCEDIMENTO:** 01782.000.550/2019. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Ibirubá. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** João Pedro Togni. **CLASSIFICAÇÃO:** Des. Exc. - Regime de Exceção - Pj da Promotoria de Ibirubá - João Pedro Togni. **OBJETO:** Apurar pagamento por serviços não prestados para Calumas Tur - Sec. Municipal de Saúde de Ibirubá.. **INVESTIGADO(S):** Secretaria Municipal de Saúde de Ibirubá. **LOCAL DO FATO:** Ibirubá.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. **N. DO PROCEDIMENTO:** 00795.000.390/2019. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça Criminal de Ijuí. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Rosélia Vasconcellos Brusamarelo. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de Justiça Substituto de Entrância Intermediária - 5. **OBJETO:** Apurar possíveis atos de improbidade administrativa, consistentes na violação dos princípios norteadores da administração pública, notadamente o princípio da impessoalidade. **INVESTIGADO(S):** 3ª Delegacia Regional Penitenciária - SUSEPE, Superintendência dos Serviços Penitenciários - SUSEPE. **LOCAL DO FATO:** Santo Ângelo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. **N. DO PROCEDIMENTO:** 00797.000.194/2020. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Itaqui. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Vitor Hugo Chiuzuli. **CLASSIFICAÇÃO:** 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Itaqui. **OBJETO:** Apurar a destinação de verbas públicas para fomentar eventos religiosos no município de Itaqui.. **INVESTIGADO(S):** Executivo Municipal de Itaqui. **LOCAL DO FATO:** Itaqui. **CAO comunicado:** CAO CÍVEL E DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. **N. DO PROCEDIMENTO:** 00797.000.195/2020. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Itaqui. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Vitor Hugo Chiuzuli. **CLASSIFICAÇÃO:** 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Itaqui. **OBJETO:** Apurar a compra de serviços de calçamento e nichos para o cemitério municipal de Itaqui sem a observância da Lei n. 8.666/93. **INVESTIGADO(S):** Executivo Municipal de Itaqui. **LOCAL DO FATO:** Itaqui.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. **N. DO PROCEDIMENTO:** 01694.000.335/2019. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Itaqui. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Vitor Hugo Chiuzuli. **CLASSIFICAÇÃO:** 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Itaqui. **OBJETO:** Informa que a Prefeitura Municipal de Itaqui descumpriu o contrato de revitalização do complexo das Cafifas, pois deveria concluir os drenos, cujos valos haviam sido abertos, porém para satisfazer a vontade de alguns usuários, simplesmente tapou os buracos, ou seja, inviabilizou a conclusão dos drenos, fato que implica em literalmente "jogar fora o dinheiro público". **INVESTIGADO(S):** Não informado. **LOCAL DO FATO:** Itaqui.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. **N. DO PROCEDIMENTO:** 01694.000.607/2019. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Itaqui. **PROMOTOR(A)**



DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Vitor Hugo Chiuzuli. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Itaqui. OBJETO: Possível fraude em processos licitatórios relacionados à construção de quadras poliesportivas em Itaqui. INVESTIGADO(S): Município de Itaqui. LOCAL DO FATO: Itaqui.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 01694.000.952/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Itaqui. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Vitor Hugo Chiuzuli. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Itaqui. OBJETO: Investigação sobre obras paralisadas no âmbito do Município de Itaqui que foram apontadas no relatório conclusivo da CPI das obras pela Câmara de Vereadores, com posterior delimitação a partir da inauguração de novos expedientes ou inclusão de documentos em outros autos, de acordo com a preexistência ou não de procedimentos em trâmite com objetos coincidentes. INVESTIGADO(S): Município de Itaqui. LOCAL DO FATO: Itaqui.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 01700.000.721/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Júlio de Castilhos. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Theodoro Alexandre da Silva Silveira. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Júlio de Castilhos. OBJETO: verificar se JOCELY AYRES DA ROCHA possui CNH que lhe permita dirigir os ônibus do transporte escolar em Pinhal Grande. INVESTIGADO(S): Município de Pinhal Grande, JOCELY AYRES DA ROCHA. LOCAL DO FATO: Pinhal Grande.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01792.000.121/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Felipe Lisboa Barcelos. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha. OBJETO: Fraude em licitação para implantação de videomonitoramento de Caseiros, com vinculação do responsável pelo projeto executivo com a empresa vencedora. INVESTIGADO(S): MUNICÍPIO DE CASEIROS, ÁGILE SISTEMAS - SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA. LOCAL DO FATO: Caseiros.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 00801.000.278/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Felipe Lisboa Barcelos. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha. OBJETO: Fiscalização dos procedimentos de contratação emergencial (Lei Federal n. 13.979/20) do Município de Lagoa Vermelha. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Lagoa Vermelha.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 00801.000.279/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Felipe Lisboa Barcelos. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha. OBJETO: Fiscalização dos procedimentos de contratação emergencial (Federal n. 13.979/20) pelo Município de Ibiraiaras. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Ibiraiaras

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de

acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 00801.000.282/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Felipe Lisboa Barcelos. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha. OBJETO: Fiscalização dos procedimentos de contratação emergencial (Federal n. 13.979/20) pelo Município de Muliterno. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Muliterno

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 00801.000.280/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Felipe Lisboa Barcelos. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha. OBJETO: Fiscalização dos procedimentos de contratação emergencial (Federal n. 13.979/20) pelo Município de Caseiros. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Caseiros

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 00801.000.281/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Felipe Lisboa Barcelos. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha. OBJETO: Fiscalização dos procedimentos de contratação emergencial (Federal n. 13.979/20) pelo Município de Capão Bonito do Sul. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Capão Bonito do Sul

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 00801.000.286/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Felipe Lisboa Barcelos. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha. OBJETO: Irregularidades na nomeação de servidor (Caseiros) do Controle Interno para as atividades do Serviço de Informação ao Cidadão -- SIC. INVESTIGADO(S): Leo Tessaro (prefeito municipal de Caseiros). LOCAL DO FATO: Caseiros.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 13 de abril de 2020.

JOSÉ FRANCISCO SEABRA MENDES JÚNIOR, Coordenador do CAO Cível e de Proteção do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DE
GESTÃO ESTRATÉGICA**

BOLETIM N. 106/2020

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DE GESTÃO ESTRATÉGICA, SÉRGIO HIANE HARRIS, Presidente do Conselho Gestor do Fundo para Reconstituição de Bens Lesados RS, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 6.º



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 14 de abril de 2020.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2824

do Regimento Interno e Portaria 4309/2019, **RESOLVE:**

DESIGNAR

- os servidores ANA CARLA DECZKA MORSCH, ID.3429075, CAROLINE MEDEIROS, ID.4456637, LEONARDO LOCATELI ROSA, ID. 3444597, e TIAGO CARDOSO, ID.3440583, para atuarem como fiscais no Sistema de Finanças Públicas do Estado (FPE), a fim de emitirem os atestes pertinentes nos projetos de convênios/parcerias e pedidos de custeio de honorários periciais aprovados pelo FRBL (Port. 0926/2020).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 14 de abril de 2020.

SÉRGIO HIANE HARRIS,

Subprocurador-Geral de Justiça de Gestão Estratégica.